

...do-geral de Portugal no Luxemburgo uma vez que, como observou, o trabalho é muito distinto daquele que tem realizado. "O consulado da Beira tinha jurisdição sobre uma área enorme de Moçambique. Estamos a falar de uma área de quase quinhentos mil km2 e onde existiam apenas uns 4.500 portugueses. No consulado, o movimento era proporcionado

interessante: fazia ali um papel que agora se diz de diplomacia económica".

Em contrapartida, no consulado no Luxemburgo "é uma 'invasão' de portugueses, todos os dias, porque são 100.000 portugueses que precisam de bilhetes de identidade, passaportes, certidões de nascimento, de óbito, procurações, que se querem casar, aquisição de na-

considera antes que "na um mau atendimento mas no sentido de as pessoas esperarem muito tempo para serem atendidas". O tempo de espera pode, contudo variar: "Se são prioritários (crianças, doentes, idosos e mulheres grávidas), esses são atendidos mais rapidamente", contou José Rosa alertando para a existência de "um sistema que vai chamando as pessoas para as me-

dois meses, "agravou a situação", porque "na construção pública, 90% são portugueses e estando parados vinham aqui tratar dos seus papéis. 'Caiu-nos', portanto, muita gente no consulado". A solução foi "estender" as horas de atendimento até às 4 da tarde "mas gente que chegava às 9 da manhã podia só ser atendida às três da tarde".

vo do Consulado. "Em breve será criado um Conselho Consultivo do Consulado com alguns elementos da comunidade portuguesa que escolherei e que virão com novas ideias e propostas".

Em matéria social, o cônsul diz-se ainda preocupado com "questões como o desemprego" ou questões como a "educação e a formação profissional".

Assembleia da República aprovou 7 diplomas destinados às comunidades portuguesas

Emigrantes no centro do debate

O Parlamento aprovou, a 19 de Março, sete diplomas da oposição sobre as comunidades portuguesas, entre os quais propostas de apoios ao associativismo, à comunicação social em língua portuguesa e novas formas de acompanhamento dos fluxos migratórios.

Do pacote de dez diplomas apresentada pela oposição, foram aprovados sete, com os dois projectos de lei do PSD e do PCP relativos ao associativismo português no estrangeiro a merecerem apenas o chumbo da bancada socialista.

O PSD viu ainda aprovado um projeto de lei de apoio à comunicação social e dois projectos de resolução sobre "a problemática da mulher emigrante" e o acompanhamento dos fluxos migratórios portugueses para o estrangeiro.

O CDS-PP viu igualmente aprovado o seu projeto de lei de apoio à comunicação social em língua portuguesa no estrangeiro e uma resolução que recomenda ao Governo a elaboração de um estudo quantitativo e qualificativo da nova diáspora portuguesa no mundo.

O projeto de lei dos sociais democratas que alterava a lei da nacionalidade, estendendo a nacionalidade portuguesa



Bancada socialista votou contra todos os diplomas destinados às comunidades portuguesas

originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro foi rejeitado com a abstenção do CDS-PP e o voto contra de todas as restantes bancadas.

Também o projeto do PCP para a criação de um Fundo de Apoio Social aos emigrantes foi chumbado, com os votos contra do PS e do CDS e a abstenção do PSD.

Durante a discussão deste pacote de diplomas, a bancada socialista, que votou contra todos os dez diplomas apresentados pela oposição, já tinha dado a entender o seu sentido de voto, com o deputado Paulo Pisco a argumentar que "há já resposta dada por programas e apoios em todos os domínios apresentados" pela oposição.

Vitor Constâncio

Um português orgulhoso pelo seu trabalho

O futuro vice-presidente do Banco Central Europeu, Vitor Constâncio, foi, na passada semana, em Bruxelas, sujeito ao exame dos deputados do Parlamento Europeu, tendo sido confrontado com críticas ao seu desempenho como responsável do Banco de Portugal.

O ainda governador do Banco de Portugal, que assume a vice-presidência do BCE em 1 de Junho, respondeu durante duas horas às perguntas dos eurodeputados da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu.

Vitor Constâncio foi confrontado com a pergunta de Astrid Lulling, eurodeputada luxemburguesa do Partido Popular Europeu sobre as críticas que alguns sectores em Portugal lhe fazem pela forma como exerceu as suas responsabilidades de supervisão financeira nos casos BPP, BCP e BPN. "Como se pode explicar que um homem que fracassou no seu país pode ser responsável pela supervisão na Europa?", perguntou Astrid Lulling, acrescentando que seria como "dar barras de dinamite a um pirómano".

Vitor Constâncio rejeitou as críticas feitas concluindo: "Tenho muito orgulho no meu desempenho à frente do Banco de Portugal".